



Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a  
Presidente da Assembleia da República  
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
		Nº: 1073 ENT.: 996 PROC. Nº:	06/03/2015

ASSUNTO: RESPOSTA A PERGUNTA N.º 863/XII/4.<sup>a</sup>

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 295/CGAB/MPAP/2015, datado de 05 de março, remetido pelo Gabinete do Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende

Gabinete da Secretária de Estado dos  
Assuntos Parlamentares e da Igualdade  
Entrada n.º 996  
Data: 06-03-2015

Exma. Senhora  
Chefe do Gabinete de S. Exa. a

Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares  
e da Igualdade

Dr.ª Marina Resende

**Ref.ª 295/CGAB/MPAP/2015**

**Lisboa, 5 de março de 2015**

Assunto: Pergunta n.º 863/XII/4.ª, de 5 de fevereiro de 2015

Ofício n.º 546, de 05.02.2015

Na sequência do ofício supra identificado e em resposta à pergunta n.º 863/XII/4.ª, de 5 de fevereiro de 2015, dos Senhores Deputados Ivo Oliveira, Pedro Delgado Alves, Rui Pedro Duarte e Jorge Rodrigues Pereira, do PS, encarrega-me o Senhor Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares de informar que o governo está empenhado na recuperação do País, mantendo a trajetória que permitiu dotar Portugal de um plano estável de crescimento económico, de reposição dos rendimentos e de aumento do poder de compra, afastando o País do caminho da bancarrota a que estava condenado.

Os dados mais recentes do INE sobre pobreza referem-se a rendimentos de 2013, ano do pico da crise.

O desemprego foi a mais pesada herança decorrente do estado a que o país foi conduzido pela governação socialista. Em consequência da ação do atual Governo existem hoje menos 234 mil portugueses desempregados do que em janeiro de 2013.

A taxa de desemprego que, em 2013, se aproximou de 18% e, reduziu, em Dezembro de 2014, para 13,5%.

4.



O número de desempregados jovens, entre os 15 e os 30 anos, fixou-se, no 4.º trimestre de 2014, em 122 416, baixando, assim, para valores inferiores aos do mesmo trimestre de 2011 (130 739), último ano de responsabilidade de governação socialista.

De igual modo, a taxa de desemprego jovem (menores de 25 anos) fixou-se em 34% no 4º trimestre de 2014, e voltou a baixar em janeiro de 2015, sendo por isso inferior aos 35,4% do final do período de governação socialista.

O número de jovens NEET (não estudam, não trabalham, nem estão em processo de formação), apesar de continuar a preocupar o Governo, tem igualmente conhecido uma descida acentuada. Se, em 2011, o número de jovens NEET era de 239 800, no quarto trimestre de 2014 este número era já de 207 300, dando continuidade a uma trajetória decrescente que se vinha registando.

Reconhecendo as dificuldades geradas pela herança socialista, o Governo reforçou a capacidade de resposta do estado social. Em 2013, as transferências sociais, relacionadas com doença e incapacidade, família, desemprego e inclusão social para a redução do risco de pobreza, aumentaram 0,5% em relação a 2012 (de 6,8% para 7,3%).

O Governo criou o Programa de Emergência Social (PES). No total dos quatro orçamentos do exercício legislativo, o Governo realizou um investimento no PES que perfaz 983M€ para o combate direto à pobreza e à exclusão.

Em 2015 estão previstos, para a ação social, cerca de mais 440M€ do que em 2011 (incluindo o PES), que vinha diminuindo desde 2009.

Nos últimos 3 anos houve mais 3,6 mil milhões de transferências extraordinárias para o sistema previdencial (em 2015 serão transferidos mais 900 milhões).

Para reforçar os rendimentos dos portugueses mais desfavorecidos, o Governo aumentou o salário mínimo: mais 280 euros anuais para cerca de meio milhão de portugueses.

Com a recuperação do emprego e com o crescimento da economia e um estado social mais forte e em parceria com as instituições sociais o país terá capacidade para romper com ciclos de pobreza.

Contudo, apesar do difícil momento que o País viveu, e dos sacrifícios que os Governos do Partido Socialista deixaram aos Portugueses, as desigualdades não aumentaram mais.



É de realçar que o índice de Gini apresenta atualmente níveis de 2011.

Em toda a Europa essas desigualdades aumentaram. Mas, em Portugal, não só desceram em 2013 (rendimentos de 2012), como não aumentaram em 2014 (rendimentos 2013).

No corrente ano, o Governo irá aprovar ainda o Plano Estratégico das Migrações, adaptando a realidade nacional aos novos perfis de mobilidade e migração dos cidadãos.

Este Plano irá, pela primeira vez, estabelecer estratégias integradas que permitam o acompanhamento da nova emigração portuguesa, através do reforço dos laços de vínculo e da criação de incentivos para o regresso e reintegração de cidadãos nacionais emigrados.

Foi com sucesso que o Governo terminou o Programa de Assistência Económica e Financeira (PAEF) e que escolheu sair do mesmo sem recorrer a qualquer programa cautelar ou qualquer linha adicional de financiamento. Tal significa que a recuperação do emprego e da economia estão no centro das prioridades do Governo.

Com o fim do PAEF o país recuperou a sua autonomia, liberdade e confiança, o que permitiu, já no presente ano, aliviar o esforço solicitado aos Portugueses.

O Governo continua, assim, empenhado na recuperação do País, na criação de emprego e no combate à pobreza e à exclusão social, realidades que contrastam com a entrega da soberania nacional a credores internacionais, ao aumento da taxa de desemprego e ao agravar da pobreza que resultaram do exercício da governação do Partido Socialista.

Com os melhores cumprimentos

O Chefe do Gabinete

Francisco José Martins